

Comentários ou Aspetos a retificar/ contemplar	Alterações/Justificação
No âmbito da revisão do PDM de Ferreira do Alentejo e sobre os elementos disponibilizados para análise na segunda reunião plenária, no âmbito das competências da DGADR, apresenta-se o parecer desta Direção-Geral:	-
1. A DGADR emitiu parecer aos elementos iniciais pelo ofício com a referência Of_DSTAR_DOER_4_2022, de 04/01/2022 (Anexo 1).	-
2. A DGADR emitiu parecer aos documentos presentes à primeira reunião plenária pelo ofício com a referência Of_DSTAR_DOER_12736_2022, de 08-07-2022 (Anexo 2).	-
3. Sobre os documentos presentes à segunda reunião plenária, verifica-se que não foram acolhidas as considerações e propostas de alteração desta Direção-Geral nos documentos agora apresentados, com exceção de algumas propostas de exclusão. Destaca-se algumas situações que permanecem em desconformidade:	-
3.1. RAN – Proposta de RAN Bruta para o concelho de Ferreira do Alentejo, setembro 2023	
3.1.1. RAN bruta e propostas de exclusão da RAN nos AH	
Conforme referido, as propostas de áreas para exclusão em AH devem ser analisadas em articulação com a DRAPAlentejo e CCDR Alentejo, no que respeita à delimitação de áreas urbanas ou outras, com implicações no Â: CCDR Alentejo Plataforma PCGT ID 102 Ferreira do Alentejo uso do solo, em AH. Por este motivo foi proposta no parecer anterior a realização de uma reunião setorial com estas entidades, que não chegou a ser realizada.	Reunião de concertação realizada em 15/01/2024 - 10 horas, online - ver Ata
Verifica-se que nem toda a área beneficiada pelos AH integra a RAN (destacado a laranja nas imagens apresentadas). A situação terá de ser corrigida, aplicando-se o disposto no regime jurídico da RAN. A título de exemplo salientam-se algumas áreas, na envolvente sul do perímetro urbano de Odivelas e três áreas junto a localidade de Santa Margarida do Sado.	Shape da RAN Bruta enviada à DGADR com a ata da reunião de concertação.
Ver imagens parecer	
Somente as áreas de aproveitamento hidroagrícola que forem posteriormente objeto de aceitação por parte da DGADR, para exclusão dos AH, por proposta de reclassificação/requalificação do solo, e aceites pela entidade de tutela da RAN, não integrarão essa Reserva.	-
3.1.2. Proposta de exclusões da RAN nos AH	
Da lista de exclusões apontadas pela DGADR no ponto 2-d) do parecer de 08-07-2023, apresentamos as seguintes situações:	-
6,7,8,12 e 13 - Aceite, sujeito a processo de exclusão e pagamento de montante compensatório quando aplicável.	-

17 - Acertar limite do solo urbano pelo limite do AH	Limite do solo urbano acertado pelo limite do AH. Eliminada a exclusão.
18 - Não aceite trata-se de solo agrícola	Limite do solo urbano acertado pelo limite do AH. Eliminada a exclusão.
25 - Aceite, sujeito a processo de exclusão e pagamento de montante compensatório, quando aplicável.	-
26 - Aceite, sujeito a processo de exclusão e pagamento de montante compensatório, quando aplicável.	-
27 - Aceite, sujeito a processo de exclusão e pagamento de montante compensatório, quando aplicável.	-
28 - Aceite. Sujeito a processo de exclusão	-
34 - Aceite, sujeito a processo de exclusão e pagamento de montante compensatório, quando aplicável.	-
38 e 39 - Aceite, sujeito a processo de exclusão e pagamento de montante compensatório, quando aplicável.	-
40 - As duas parcelas denominadas por "ID40" são áreas em solos agrícolas inseridas na área beneficiada por AH e por isso sujeitos ao RJOAH. A atividade proposta para estas áreas não é compatível com a atividade agrícola. Relativamente à justificação apresentada na proposta de revisão de PDM referimos o seguinte: -A DGADR não dispõe da localização da área efetivamente legalizada para a exploração geológica (30 ha). A DGADR	Assunto tratado na reunião de concertação, tendo sido feitas as alterações acordadas na mesma (ver Ata)
42 - A área inserida no EFMA deve ser retirada exclusão. (a confirmar com os limites do EFMA (bloco (Ferreira – Figueirinha) fornecidos pela EDIA)	Assunto tratado na reunião de concertação, tendo a DGADR aceite a exclusão, uma vez que se trata de área licenciada para pedreira, em exploração.
44 - Não aceite. Desfavorável São áreas em solos agrícolas inseridas na área beneficiada por AH e por isso sujeitos ao RJOAH. A atividade proposta para estas áreas não é compatível com a atividade agrícola. A DGADR não dispõe de qualquer informação sobre o processo de licenciamento da infraestrutura de aviação. Não pode ficar classificada como "Espaço destinado a equipamentos, infraestruturas e outras estruturas ou ocupações" Todo a área beneficiada por aproveitamento hidroagrícola deve ficar classificada como "ESPAÇO AGRÍCOLA DE PRODUÇÃO".	Retirada a exclusão, conforme ata da reunião.

Relativamente a todas as situações de exclusão que venham a ficar estabilizadas e vertidas na revisão do PDM de Ferreira do Alentejo, estão sujeitas ao procedimento administrativo de exclusão, com pagamento de montante compensatório (quando aplicável) e terão de ficar salvaguardadas as infraestruturas do Aproveitamento Hidroagrícola em causa, nos termos da legislação do Regime Jurídico das Obras de Aproveitamentos Hidroagrícolas.	-
3.2. Planta de condicionantes Geral	
A legenda dos AH deve ser alterada, sugerindo-se a seguinte forma: Proposta: classe "Aproveitamentos Hidroagrícolas": Subclasse - Áreas beneficiada pelas obras de aproveitamentos hidroagrícolas Subclasse – Áreas beneficiadas propostas para exclusão dos AH (art.º 101) Subclasse – Infraestruturas principais dos AH (a verificar, caso a caso, a localização exata com as entidades gestoras).	Alterada a legenda da planta de condicionantes em conformidade com o sugerido.
Devem ser adicionadas as informações georreferenciadas com a localização das infraestruturas do EFMA.	A equipa esclareceu que foi utilizada a informação mais recente enviada pela EDIA depois da 1.ª CC, não tendo conhecimento da existência de outra. Desta forma, manter-se-á a informação que foi objeto de avaliação na 2 CC (ver Ata)
3.3. REGULAMENTO	
i. Art.º 7.º c) ii) – Deve ser retirada a referência à RCM 30/2013, pois não respeita à totalidade dos aproveitamentos em existente no concelho. Acrescentar a referência aos regulamentos do AH (https://www.edia.pt/pt/o-que-fazemos/apoio-ao-agricultor/blocos-de-rega-normas-de-exploracao/ e https://sir.dgadr.gov.pt/regulamento-definitivo-dos-aproveitamentos-hidroagricolas).	Retirada a referência e aditado o proposto. Não inseridos os regimes materiais destes aproveitamentos/blocos de rega, pelas mesmas razões que não colocamos referência aos atos legislativos referentes à RAN ou à REN.
ii. A numeração na alínea c) deve ser corrigida	Corrigida
iii. No Art.º 8.º 4 – propõe-se que seja acrescentada uma nova alínea, ou no capítulo III "Espaços Agrícolas um novo artigo 51Aº; que detalhe o regime jurídico das obras de aproveitamento hidroagrícola, para o que se sugere o seguinte texto: "Área beneficiada por obras de aproveitamentos hidroagrícolas e suas infraestruturas"	

Nas áreas beneficiadas por aproveitamentos hidroagrícolas aplica-se o regime jurídico específico, Decreto-Lei n.º 269/82, de 10 de julho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 86/2002, de 6 de abril (RJOAH), e respetiva legislação complementar, nos quais:

1 - São proibidas todas e quaisquer construções, atividades ou utilizações não agrícolas de prédios ou parcelas de prédios das áreas beneficiadas, exceto as que, nos termos dos regulamentos provisório e definitivo da obra, forem admitidas como complementares da atividade agrícola, sendo objeto de emissão de parecer prévio, vinculativo pela entidade competente em razão da matéria.

2 — Sem prejuízo do estabelecido no RJOAH, são nulos todos os atos administrativos que licenciem ou autorizem obras ou atividades em violação do disposto no número anterior.

3 — A plantação de árvores, ou colocação de qualquer tipo de vedação ou cerca, é interdita para cada lado das infraestruturas do aproveitamento, numa faixa de proteção com 5 metros, exceto quando esta for considerada conveniente por razões ambientais, de quebra-ventos ou de simples divisórias de prédios rústicos e desde que não afete a integridade dessas infraestruturas, nem dificulte os trabalhos de manutenção e conservação de quaisquer infraestruturas do aproveitamento, o que também se aplica à implantação de construções ou ao exercício de outras atividades não agrícolas. São ainda proibidas as mobilizações do solo a mais de 50 centímetros de profundidade, sendo objeto de emissão de parecer prévio, vinculativo pela entidade competente em razão da matéria.

4 — A exclusão de prédios ou parcelas de prédios da área beneficiadas pelo aproveitamentos hidroagrícolas, que se encontram cartografadas na planta de condicionantes, e consequente desafetação da Reserva Agrícola Nacional só pode ser efetuada após conclusão de procedimento de exclusão a requerer junto da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, apenas sendo admissível desde que, além do cumprimento dos requisitos estabelecidos para a desafetação da RAN, não seja posta em causa a viabilidade técnica e económica ou o interesse público, nacional ou regional, conforme os casos, que determinou a realização da obra hidroagrícola. O despacho de exclusão fixará o montante compensatório, cujo efetivo pagamento pelo interessado constitui condição da sua eficácia, garantido que seja o não comprometimento das infraestruturas dos aproveitamentos hidroagrícolas e respetivas faixas de proteção.

O PDM não pode ser o repositório das servidões administrativas e restrições de utilidade pública (SARUP), sendo que o Regulamento é inequívoco quanto à prevalência das normas das SARUP sobre o regime de uso do solo. Ademais, os regimes das SARU são objeto de alteração e inserir esses regimes no PDM obrigaria a alterações mais frequentes do mesmo para a respetiva adaptação. A DGADR aceitou a justificação para não ser acrescentada a redação proposta.

5 — Não são admissíveis quaisquer operações urbanísticas nas áreas referidas no número anterior, sem prévia exclusão do prédio da área beneficiada.	
6 — Os prédios sitos nas áreas beneficiadas a que se refere o n.º 4 e nos quais existam edificações, devem ser objeto do procedimento de exclusão ali mencionado.	
iv. Artigo 12.º 2.b.i) - Áreas de proteção às captações públicas de água subterrânea, zonas intermédia e alargada – O regulamento restringe a atividade agrícola como mencionado no texto. Em nosso entender, o estipulado no articulado deveria ir ao encontro da legislação em vigor para a proteção das captações, não devendo interditar o uso agrícola.	Alterado para "b) Na área de proteção intermédia e na área de proteção alargada são condicionadas as seguintes instalações e atividades:"
v. Artigo 22º – Faixas de salvaguarda à instalação de culturas permanentes em regime intensivo – Alerta-se para o fato da necessidade de ficar definido como serão efetuados o controlo e a fiscalização das novas plantações na faixa de proteção dos perímetros urbanos.	O n.º 2 do artigo 22 prevê que o controlo seja definido em sede de regulamento municipal, com base na Lei quadro das contra-ordenações ambientais (Lei n.º 50/2006, de 29/08, na atual redação), artigo 1.º, n.º 4. A DGADR alertou para a importância da sensibilização dos agricultores abrangidos por esta disposição.
4. No seguimento do exposto, no âmbito das competências da DGADR e em conformidade com o regime jurídico que tutela as áreas beneficiadas pelos Aproveitamentos hidroagrícolas (AH) e suas infraestruturas, esta Direção-Geral emite parecer desfavorável aos documentos presentes à 2.ª reunião plenária sobre a Revisão do PDM de Ferreira do Alentejo.	-
5. O presente parecer não substitui qualquer outro parecer ou ato administrativo que deva ser emitido ou praticado por entidades com competência decisória relativa a outras condicionantes que onerem o prédio objeto de intervenção em análise.	-